



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO
PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2015 – Complementar, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para estabelecer que os recursos devidos aos Estados e Municípios, a título de ressarcimento, não poderão ser objeto de contingenciamento por parte da União.*



SF/19805.62256-98

Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 399, de 2015 – Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O projeto altera a redação do parágrafo único do art. 11 da LRF, mantendo sua redação original como inciso I e incluindo o inciso II para vedar o contingenciamento de recursos devidos aos estados e municípios a título de ressarcimento.

O PLS nº 399, de 2015 – Complementar foi aprovado na Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo em 13 de julho de 2016, nos termos do relatório apresentado pelo Senador Antonio Anastasia, e encaminhado à deliberação do Plenário. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas perante a Mesa.

Em decorrência do Requerimento nº 328, de 2019, do Senador Fernando Bezerra Coelho, aprovado em 23 de abril de 2019, a matéria foi

encaminhada para esta Comissão, na qual fui designado relator em 29 de abril último.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno, opinar sobre proposições relativas a finanças públicas e normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico.

A matéria objeto da proposição, qual seja, contingenciamento de recursos financeiros da União transferidos a estados e municípios, trata de questões atinentes ao Direito Financeiro, sujeita, nos termos constitucionais, à legislação concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Dessa forma, a disciplina da matéria é condizente com a competência legislativa da União (art. 24 da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF), não incorrendo em impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Assim, o projeto de lei em exame não apresenta vício de constitucionalidade quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada. Como estipulado no art. 48 da CF, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, nas quais se incluem, certamente, a referente à transferência de recursos financeiros entre os entes. Não há, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, ambos da CF, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República na matéria tratada no projeto.

De resto, o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito propriamente dito, compartilhamos com o expresso na Justificação do PLS nº 399, de 2015 – Complementar, onde fica destacado que o projeto teve origem em sugestão da Coordenação de Organização Administrativa e Serviços Públicos da Comissão Especial para Aprimoramento do Pacto Federativo e tem o objetivo de conter a prática, por parte da União, de contingenciar recursos transferidos aos demais entes da

Federação que lhes pertencem por direito. Ressalta, ainda, que *essa prática lesa enormemente a autonomia dos entes federados, e, conseqüentemente, desestabiliza o Pacto Federativo.*

Todavia, o projeto requer aprimoramento. Em relação às despesas que o PLS nº 339, de 2015 – Complementar, pretende excluir do contingenciamento, entendemos que a expressão “ressarcimento devidos a estados e municípios” pode engendrar equívocos na sua utilização. Nesse sentido, adotamos sugestão a nós encaminhada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Novo Pacto Federativo (FPPF) e da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Municípios (FMB). Como bem exposto em sua sugestão, *existe uma preocupação técnica com a interpretação da palavra “ressarcimento” e ao seu alcance em englobar as diversas modalidades de transferências existentes. Além disso, gostaríamos de propor redação que incorpore a vedação de retenção de recursos constitucionalmente pertencentes aos municípios. Recentemente, tivemos o caso notório do Estado de Minas Gerais que reteve as cotas-partes do ICMS e do IPVA devidas aos municípios.*

Portanto, faz-se pertinente uma mudança na redação do projeto, para a qual apresentamos emenda na conclusão deste relatório.

III – VOTO

Em face do exposto, concluímos pela aprovação do PLS nº 399, de 2015 – Complementar com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CAE

Dê-se ao inciso II do art. 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na forma que dispõe o art. 1º do PLS nº 399, de 2015 – Complementar, a seguinte redação:

“Art. 11.....
Parágrafo único.
I –



II – o contingenciamento ou o não repasses de recursos devidos pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e pelos Estados aos Municípios, decorrentes de determinação constitucional ou legal, de transferência voluntárias, tratada no art. 25, ou de ressarcimento, ou destinados ao Sistema Único de Saúde.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator



SF/19805.62256-98